

Projeto de texto:

Tese: A invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres é um problema social persistente no Brasil, com raízes históricas no patriarcado e impactos diretos na ampliação das desigualdades sociais.

Argumento 1/ Desenvolvimento 1: Presença histórica do patriarcado: Desde a colonização, a cultura patriarcal impõe às mulheres o papel de cuidadoras, desvalorizando suas contribuições e restringindo suas oportunidades.

Argumento 2/ Desenvolvimento 2: Ampliação das desigualdades sociais: A invisibilidade do trabalho de cuidado contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, concentrando a pobreza e a falta de oportunidades entre as mulheres.

Repertório/s: Quarto de Despejo, Ariano Suassuna.

Proposta de intervenção:

- Quem/ Agente : **Governo Federal**
- O que/ Ação : **Criar subsídios**
- Como/ Modo ou meio : **Alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias**
- Por que/ Efeito : **Reduzir desigualdades e superar o patriarcado**
- Pra que/ Detalhamento : **Mulheres cuidadoras e famílias vulneráveis**

Redação:

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, escrito por Carolina Maria de Jesus na década de 1950, narra as vivências da autora na favela do Canindé e suas dificuldades para obter sozinha o sustento de seus três filhos. De maneira análoga, cerca de setenta anos após a publicação do diário, a realidade enfrentada por Carolina permanece no Brasil contemporâneo, visto que o trabalho de cuidado realizado por mulheres, apesar de extremamente importante para a sociedade nacional, continua invisibilizado. Diante disso, cabe refletir acerca do legado histórico patriarcal e da intensificação das desigualdades para compreender os desafios que impedem a valorização do serviço feminino de assistência.

Nesse contexto, é válido considerar a existência de permanências históricas como o principal fator causador da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido por mulheres. Isso ocorre, pois, desde os primórdios do Brasil Colônia, a população feminina tem recebido o status de sexo frágil e, por supostamente não possuírem aptidões para o sustento, tornaram-se encarregadas apenas das tarefas domésticas. Sob essa ótica, é nítido que, duzentos anos depois da superação da

condição de colônia, as raízes patriarcais continuam sendo refletidas nas relações modernas brasileiras, uma vez que as mulheres permanecem responsáveis por serviços não remunerados associados à maternidade e à existência de idosos da família, o que resulta na manutenção de estereótipos de gênero e na redução do tempo disponível para a inserção feminina no mercado de trabalho, posto que os trabalhos assistencialistas são - geralmente - exercidos de forma integral. Assim, torna-se evidente que o legado histórico desvaloriza o papel da mulher no cuidado familiar, além de corroborar seu estado de vulnerabilidade devido à falta de remuneração e à dependência financeira de seus maridos.

Ademais, é relevante considerar a ampliação de disparidades sociais como uma consequência direta da problemática do cuidado invisibilizado. De acordo com o escritor brasileiro Ariano Suassuna, o Brasil é uma nação dividida em dois fragmentos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos, sendo a estrutura nacional criada para suprir apenas as necessidades dos primeiros. A partir disso, percebe-se que, em famílias cuja renda não é suficiente para contratar profissionais especializados na assistência de diversos setores sociais, tal tarefa recai sobre as mulheres que compõe o âmbito familiar, o que os condiciona a permanecer na miséria por impossibilitar seu acesso a meios de mudança de vida, como a educação e o emprego remunerado. Logo, é notório que a desvalorização do trabalho de cuidado reforça o pensamento de Suassuna, intensificando a marginalização feminina e a separação dos privilegiados e dos despossuídos.

Portanto, tornam-se claros os desafios enfrentados pela invisibilidade dos serviços de cuidado e a necessidade de combatê-los. Dessa maneira, é imperativo que o Governo Federal atue na criação de subsídios destinados a mulheres que exercem o trabalho assistencialista em tempo integral. Isso deve ocorrer por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias - redirecionando verbas de forma igualitária para famílias vulneráveis em todo o país -, a fim de reduzir as disparidades sociais e, consequentemente, superar o legado histórico patriarcal que atingiu Carolina Maria de Jesus e outros expoentes da população feminina brasileira.

Autor(a): Maria Laura Klein, de Chapecó (SC)

Fonte: INEP